

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



A batalha decisiva

A estratégia de Napoleão, mais tarde teorizada por Clausewitz, era buscar, sempre que possível, uma batalha decisiva que pusesse fim à guerra pela destruição do inimigo. Achar que existem estrategistas nos partidos representados no Congresso pode ser exagerado otimismo. No entanto, as suas ações da semana passada conduziram ao mesmo resultado: a batalha final.

O burguês gentilhomem, de Molière, também descobriu que simplesmente ao falar fazia prosa sem o saber.

O destino do plano de estabilização, a permanência ou não de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda e até mesmo a duração do mandato do presidente Itamar Franco estarão sendo decididos a partir das 10 horas da manhã de quarta-feira no plenário do Congresso.

Havendo número e consenso majoritário para aprovar a criação do Fundo Social de Emergência, abre-se uma chance para que a equipe econômica possa provar a viabilidade do seu plano e o ministro da Fazenda não poderá jogar nas costas do Congresso a culpa de um eventual fracasso. O rombo nas suas contas provocado pela recusa do PPR e do PFL a aumentarem os impostos sobre as empresas e as propriedades rurais terá sido compensado, porque foi embutida no Fundo a cobrança do PIS ao sistema bancário, que até hoje conseguiu na Justiça não pagá-lo. A aprovação da nova proposta orçamentária para 94 ficará faltando, mas essa será a batalha seguinte.

Fernando Henrique está surpreso, magoado, mas tranqüilo. Já repetiu mil vezes que o combate à inflação não é um projeto apenas do ministro da Fazenda, não é somente uma política do Governo Itamar, é uma necessidade urgente da sociedade. Como a sociedade é representada pelo Congresso, se as condições para prosseguir lhe forem negadas, não terá mais o que fazer e voltará ao Senado.

A surpresa fica por conta da comparação: "Este Congresso votou até o Plano Collor, que era manifestamente inconstitucional," diz ele. "Como se recusa agora a votar medidas que foram democraticamente discutidas com os parlamentares e incorporaram

muitas das suas reivindicações?"

Surpreende-o, também, a insensibilidade dos grandes proprietários de terras. "Não querem pagar impostos. O Imposto Territorial Rural (ITR), cobrado no Brasil inteiro, rendeu no ano passado apenas 36 milhões de dólares."

A parcela de aumentos de impostos contida no plano de estabilização é de 13% do total. Os 36 milhões de dólares do ITR representam menos que o IPTU de um quarteirão da Avenida Paulista.

Na votação de amanhã, o Governo não poderá contar com a presença dos parlamentares do PT e do PDT, que ajudaram a completar o quorum na quarta-feira passada, porque são contra a revisão da Constituição. Em consequência, terá de convencer os 54 deputados do PMDB e os 23 do PSDB que fizeram gazeta na quinta-feira a darem o ar de sua graça em plenário. Seis dos peemedebistas não virão mesmo, por estarem mencionados no relatório da CPI do Orçamento. E os outros?

Na verdade, os parlamentares, que trabalhavam a semana inteira no Rio, passaram a trabalhar três dias em Brasília e hoje trabalham só um. Como ganham por volta de 7.500 dólares por mês, estão recebendo 1.875 por dia, 234 por hora, se trabalharem nesse dia oito horas. É salário bom até para consultores internacionais.

O cenário catastrofista: o plano de estabilização não é votado; Fernando Henrique sai, juntamente com a sua equipe; a bolsa despenca; a inflação dá um salto de 20 pontos por mês; há uma fuga abrupta de capitais; as reservas diminuem em dez bilhões de dólares; os acordos da dívida externa vão à breca; os projetos de investimentos são adiados; o desemprego aumenta; Itamar nomeia um amigo para a Fazenda; em 15 dias a situação fica incontrolável. Itamar, que já disse e provou não gostar de ser presidente, renuncia.

Resultado: uma vez mais as instituições democráticas brasileiras perdem a oportunidade de se consolidarem. Na melhor das hipóteses, o presidente Inocêncio de Oliveira convoca eleições antecipadas para 60 dias.

Cenário negro demais? Pode ser. Impossível? Veremos.